

ALEXSANDRA DOS SANTOS

**O PERFIL DOS GESTORES CULTURAIS E A ATUAÇÃO DA CULTURA NO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL NOS 14 MUNICÍPIOS PERTENCENTES À
ASSOCIAÇÃO DO ALTO IRANI CATARINENSE**

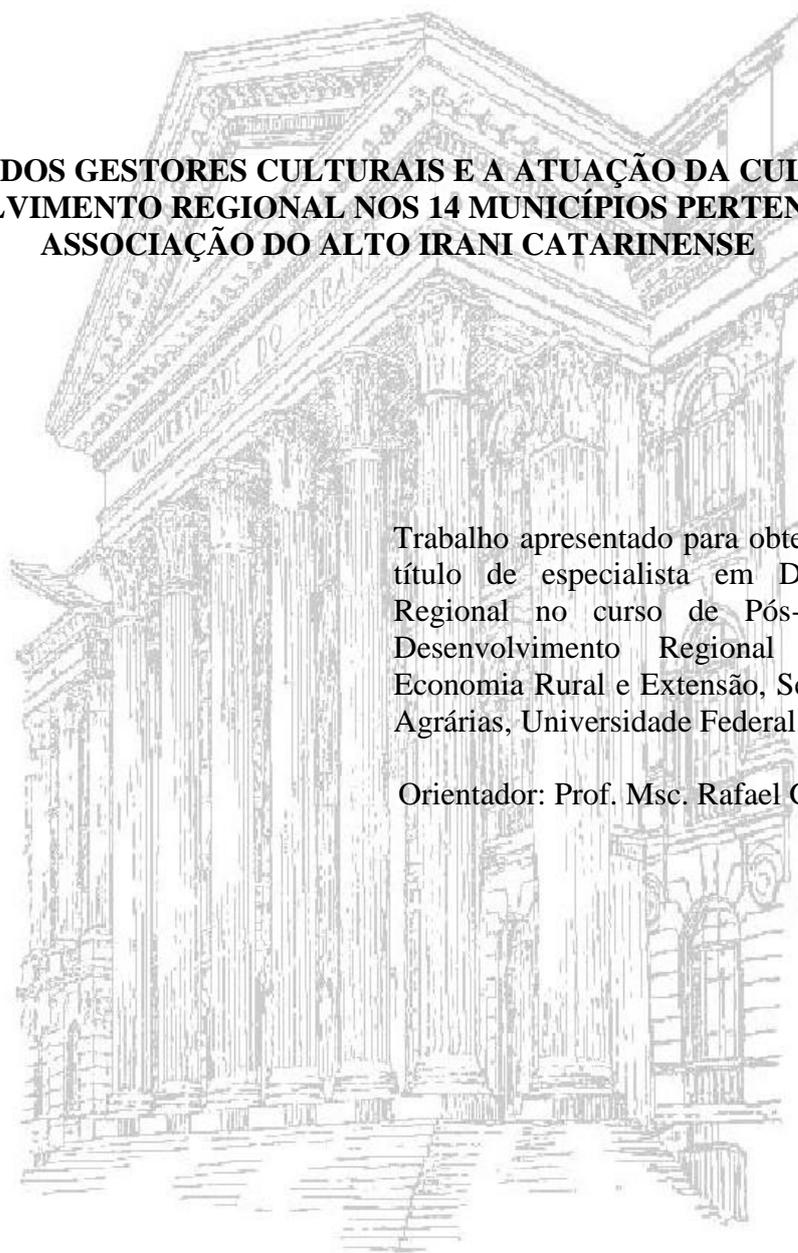
Curitiba
2011

ALEXSANDRA DOS SANTOS

**O PERFIL DOS GESTORES CULTURAIS E A ATUAÇÃO DA CULTURA NO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL NOS 14 MUNICÍPIOS PERTENCENTES À
ASSOCIAÇÃO DO ALTO IRANI CATARINENSE**

Trabalho apresentado para obtenção parcial do título de especialista em Desenvolvimento Regional no curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do dep. de Economia Rural e Extensão, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Msc. Rafael Gustavo Tortato



A meus filhos Luiza e João Victor, afilhada Isabelle Vitoria e meu esposo Rafael
com muito amor e carinho.

AGRADECIMENTOS

A Deus primeiramente por ter me dado saúde para concluir esse trabalho.

A meus filhos pelo tempo que dediquei a esse trabalho abrindo mão da convivência em família.

A minha mãe Luiza pela dedicação a mim e minha família na minha ausência.

Ao meu esposo Rafael pela ajuda incondicional em todos os momentos.

A minha amiga e sócia Indianara Cristina Bigaton pelo apoio e incentivo para a realização dessa especialização.

Ao Professor Moisés Diersman e aos Gestores culturais dos 14 Municípios pertencentes à Associação do Alto Irani Catarinense que prontamente atenderam ao meu pedido para a realização da pesquisa.

À amiga Ingrid Piovesan, Secretária Executiva da AMAI pelo espaço disponibilizado na Associação para a realização deste trabalho.

Ao Professor e amigo Laerzio Chiesorin Junior pelo incentivo e ajuda na realização desse estudo.

Ao Orientador Prof.Msc. Rafael Gustavo Tortato pelo apoio e dedicação auxiliando no desenvolvimento desse trabalho.

"A cultura não deve sofrer nenhuma coerção por parte do poder, político ou econômico, mas ser ajudada por um e por outro em todas as formas de iniciativa pública e privada conforme o verdadeiro humanismo, a tradição e o espírito autêntico de cada povo." (Papa João Paulo II).

RESUMO

Este trabalho parte de uma discussão intensa que tomou força na década de 90 até o presente sobre o reconhecimento da importância da Cultura e sua Diversidade como agente transformador no processo de desenvolvimento Humano, não somente no sentido antropológico, mas como gerador de riquezas. Sendo assim partiu-se dos estudos de diversos autores tendo como base e marco principal a Convenção da UNESCO em 2005, que no Brasil entrou em vigor a partir de 2007. Assim analisaram-se os caminhos percorridos durante esse período para tentar-se compreender um pouco melhor os mecanismos que vêm contribuindo para a evolução do tema, mas principalmente os desafios a serem enfrentados pelo poder público, sociedade civil, meio artístico e academia. Neste trabalho, além de descrevermos e analisarmos conceitualmente as questões relacionadas à Cultura, Diversidade Cultural, Economia da Cultura, Desenvolvimento Regional e o papel do Gestor Cultural, temos como objetivo principal apresentar os resultados de um questionário aplicado aos Gestores Culturais dos Municípios pertencentes à Associação do Alto Irani Catarinense referente à importância da Cultura como agente promotor de Desenvolvimento, Inclusão Social e Econômica da região.

Palavras chaves: cultura, diversidade, desenvolvimento regional, inclusão social

ABSTRACT

This paper presents an intense discussion that has taken hold in the 90s to the present on the recognition of the importance of Culture and its diversity as a transforming agent in the process of human development, not only in the anthropological sense, but as a generator of wealth. So we started with the authors of several studies based on primary in March and the UNESCO Convention in 2005, which came into effect in Brazil since 2007, so we analyzed the paths taken during this period to try to understand a little better the mechanisms that are contributing to the development of the theme, but mostly there are the challenges faced by government, civil society, academia and the arts. In this work, and conceptually describe and analyze the issues related to Culture, Cultural Diversity, Economics, Culture, Regional Development and the Role of Cultural Manager, our main goal to present the results of a questionnaire given to the managers of the municipalities belonging to the Cultural Association high Irani Santa Catarina concerning the importance of culture as a promoter of Development, Social and Economic Inclusion in the region.

Keywords: culture, diversity, regional development, social inclusion

SUMARIO

1.	INTRODUÇÃO.....	9
1.1	OBJETIVO GERAL.....	12
1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	12
2.	REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
2.1	CULTURA, GLOBALIZAÇÃO E DIVERSIDADE CULTURAL.....	13
2.2	ECONOMIA DA CULTURA.....	19
2.3	O PROFISSIONAL DA GESTÃO CULTURAL.....	26
2.4	CULTURA E DESENVOLVIMENTO.....	30
3.	METODOLOGIA.....	33
3.1	MÉTODOS DE ABORDAGEM.....	33
3.2	MÉTODOS DE PROCEDIMENTO.....	33
3.3	TÉCNICAS.....	34
3.3.1	DESCRIÇÃO.....	34
3.3.2	COMO SERÁ SUA APLICAÇÃO.....	34
3.3.3	CODIFICAÇÃO E TABULAÇÃO	34
3.4	DELIMITAÇÕES DO UNIVERSO DE PESQUISA.....	35
3.5	TIPOS DE AMOSTRAGEM.....	35
4.	ANÁLISE DOS DADOS.....	35
5.	RECOMENDAÇÕES.....	46
6.	CONCLUSÃO.....	49
	REFERÊNCIAS.....	51
	ANEXOS.....	53

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Mapa da Renúncia Fiscal no ano de 2009.....	22
GRÁFICO 1- Faixa etária dos Gestores Culturais.....	37
GRÁFICO 2- Escolaridade dos Gestores Culturais.....	37
GRÁFICO 3-Tempo de atuação como Gestor Cultural Municipal.....	38
GRÁFICO 4- Mudança no cenário político.....	38
GRÁFICO 5- Existência de Comunidades Tradicionais.....	39
GRÁFICO 6- Existência de Museu.....	40
GRÁFICO 7 - Existência de Livraria.....	40
GRÁFICO 8 - Existência de Biblioteca.....	41
GRÁFICO 9 - Existência de Teatro, cinema ou Casa da Cultura.....	41
GRÁFICO 10- Em seu Município existe lei de incentivo a cultura?.....	42
GRÁFICO 11- Como é planejado o gasto da cultura em seu município?.....	43
GRÁFICO 12- Qual é o orçamento disponível para a cultura em seu município?.....	43
GRÁFICO 13- As ações culturais de seu município incluem a geração de emprego e renda?.....	44
GRÁFICO 14- Você acredita que a cultura possa ser um agente de desenvolvimento, inclusão social e econômica?.....	44
GRÁFICO 15- Você acredita que o vale cultura irá melhorar o acesso a cultura e dessa forma movimentará a economia?.....	45
TABELA 1 - Análise de Projetos – lei Rouanet no ano de 2010.....	22
TABELA 2- Número de Empresas, pessoal ocupado total e assalariado, salários e outras remunerações no total das atividades e nas atividades do setor cultural - Brasil -2003- 2005.....	24
TABELA 3- AMAI (Associação dos municípios do Alto Irani Catarinense).....	36

1. INTRODUÇÃO

A falta de planejamento estratégico no setor público tem sido alvo de constantes críticas pela sociedade, principalmente no que se refere à formulação de políticas públicas relacionando a Cultural e sua Diversidade. A maioria dos gestores não vislumbra esse assunto como importante fator no desenvolvimento social e econômico dos municípios. Essa falta de planejamento e conhecimento do assunto resulta na grande maioria das vezes em ações fracassadas do poder público na tentativa de resolver problemas sociais somente com medidas assistencialistas, deixando de lado ações de comprovada eficácia no que se refere à inclusão social, geração de emprego e renda e valorização do indivíduo como membro efetivo da sociedade. Yúdice (2004,p.25) ressalta “ [...] o que eu gostaria de frisar desde já é que a cultura está sendo crescentemente dirigida como um recurso para a melhoria sociopolítica e econômica, ou seja, para aumentar sua participação nessa era de desenvolvimento político decadente, de conflitos acerca da cidadania [...]”.

Falar de Cultura parece relativamente fácil, no entanto quando começamos a aprofundar o assunto e tratá-lo de forma integrada com as demais variáveis que compõem o desenvolvimento de uma sociedade, percebemos que ela é ainda mais importante e muito mais complexa do que podemos imaginar. Desta forma começamos a entender a dificuldade que os gestores públicos tem de incluir esse setor como estratégia de melhoria de vida da população local.

Essa dificuldade existe justamente porque a cultura por muitos anos foi ignorada, tanto pelo setor econômico, como pelo poder público que a pouco tempo incluiu em seu orçamento recursos para serem utilizados na cultura.

Tolila, (2007 p.25) enfatiza:

De fato, durante muito tempo o setor cultural foi ignorado pela teoria econômica que o considerava atípico em relação às “leis” fundamentais que ela produzia e que regem o modo de produção e de consumo capitalista. Para os pais da economia política, Smith e Ricardo, os gastos nas artes abarcavam apenas os lazeres e não poderiam contribuir para a riqueza das nações; para os economistas “respeitáveis”, portanto, eles não mereciam um dispêndio de energia intelectual.

Atualmente esse cenário mudou, primeiro porque a cultura não pode mais ser tratada somente dentro do seu conceito antropológico, pois sua importância vai muito além disso. As questões culturais estão integralizadas ao indivíduo como direito fundamental, vetor de desenvolvimento econômico e inclusão social. Segundo porque a partir do momento em que conseguimos ver a cultura como agente transformador vislumbramos grandes possibilidades de desenvolvimento humano e ela passa a ser área estratégica para o desenvolvimento do país. Desta forma cada vez mais a cultura ocupa papel central no processo de desenvolvimento das cidades, exigindo das gestões locais o planejamento e a implementação de políticas públicas que respondam aos novos desafios do mundo contemporâneo.

De acordo com Eagleton (2000, p.17):

Elevar a cultura acima da política – ser homens primeiro e cidadãos depois – significa que a política deve se mover para dentro da dimensão ética mais profunda, valendo-se dos recursos da Bildung e transformando indivíduos em cidadãos apropriadamente responsáveis e de boa índole. Essa é, embora em um nível um pouco mais alto, a retórica das aulas de Educação Cívica. No entanto, uma vez que “humanidade”, aqui, significa uma comunidade livre de conflitos, o que está em jogo não é apenas a prioridade da cultura sobre a política, mas sobre um tipo particular de política.

Com base nesse cenário, e levando-se em consideração as informações do Anuário de Estatísticas Culturais (2009, p.220) enfatizando que do total de Municípios das cinco regiões do Brasil, mais de 80% dos investimentos de cultura ao ano vêm de recursos próprios dos municípios o que nos leva a reforçar o princípio de que uma política de diversidade deve valorizar muito o local cujo representante mais direto é o município. Desta forma se existem

investimentos no setor e o mesmo não está conseguindo desenvolver-se acredita-se que o erro é de estratégia de aplicação do recurso e não somente falta de investimento. Sendo assim procuraremos no desenvolvimento desse trabalho identificar possíveis falhas na execução dessas ações e auxiliar na construção de novas estratégia.

A região a qual será utilizada para o desenvolvimento desse trabalho localiza-se no Oeste de Santa Catarina, mais precisamente na região do Alto Irani Catarinense, possuiu uma cultura riquíssima com comunidades indígenas (guarani, xoklen, kaikang) e descendentes de alemães, ucranianos, poloneses, cabocla além de estar na faixa de fronteira com o Paraguai, Uruguai e Argentina. Está-se falando de 14 municípios totalizando aproximadamente 145.000 habitantes, onde desses municípios, somente dois possuem mais do que 20.000 habitantes. Região essencialmente agrícola a uma distância de 500 km da Capital Florianópolis, desta forma entende-se que esse trabalho é importante para auxiliar no planejamento estratégico dos Gestores públicos culturais contribuindo desta forma com o desenvolvimento.

Neste trabalho abordaremos alguns assuntos considerados de fundamental importância quando tratamos de cultura de modo geral que são: Cultura, Diversidade e Globalização, Economia da cultura como agente promotor do desenvolvimento Humano, econômico e social, Gestão Cultural e o papel do Gestor Cultural, Desenvolvimento Regional e apresentar um breve levantamento de como esses assuntos estão sendo tratados nessa região.

Além desses tópicos, apresentaremos uma pesquisa realizadas com os Gestores Culturais desse municípios e com base na análise dessa pesquisa que abordará o perfil dos gestores e principais ações desenvolvidas na área da cultura.

Desta forma o trabalho está dividido da seguinte forma: no capítulo 2 abordaremos questões ligadas aos conceitos de cultura, trataremos sobre a sua influencia no

desenvolvimento humano, a interação entre a globalização, cultura e diversidade e Economia da Cultura. Conceituaremos o que é gestão cultural, o papel do gestor, a relação entre Cultura e Desenvolvimento Regional e um levantamento da Região a ser pesquisada.

Posteriormente no capítulo 3 abordaremos as questões metodológicas de como esse trabalho foi desenvolvido.

Na sequência apresentamos no capítulo 4 a Análise dos dados resultantes da pesquisa. E finalmente encerramos os estudos com as recomendações e conclusão sobre o trabalho desenvolvido, referências bibliográficas e anexos.

1.1 Objetivo geral

Fazer levantamento do perfil dos Gestores Culturais nos 14 Municípios pertencentes à Região do Alto Irani Catarinense e quais ações são desenvolvidas levando-se em consideração a Economia da Cultura local e Desenvolvimento Regional.

1.2 Objetivos específicos

- a) Identificar o perfil dos Gestores Culturais das cidades pertencentes a essa região através de aplicação de questionário.
- b) Levantar possíveis ações desenvolvidas pelos Gestores Culturais no que se refere à cultura como fator de inclusão Social, Econômica e Desenvolvimento Regional.
- c) Propor medidas que possam auxiliar os Gestores Culturais na elaboração de programas que possam ajudar no Desenvolvimento Regional, inclusão social e econômica através da cultura local e sua diversidade.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Cultura, globalização e diversidade cultural

Será que é possível definir Cultura? Ao iniciar esse trabalho ficando algum tempo diante da tela pensando em como se poderia definir da melhor forma esse conceito, e por mais que se tenha lido a respeito do assunto e tenha interpretado inúmeros conceitos dados pela academia, não se consegue vislumbrar palavras que pudessem conceituar de forma precisa a Alma do indivíduo, sim a alma, pois não é possível escrever ou falar de Cultura sem pensar na essência do homem, em seus valores, em suas crenças, em seus costumes.

Considera-se cultura como todo tipo de manifestação que o indivíduo ou um grupo utiliza pra expressar seus costumes, suas tradições e suas crenças. A cultura é abrangente e sem preconceitos, pois ela vai desde uma reza até o mais bem elaborado espetáculo do Circo de Soleil. Num sentido, amplo, é toda a produção intelectual de um povo. Sendo o conjunto de habilidades, ações e artefatos que possibilitaram ao homem adaptar o meio ambiente as suas necessidades e vontades.

Segundo Teixeira (1997, *apud*, HANSON, 2007) define:

A cultura não se caracteriza apenas pela gama de atividades ou objetos tradicionalmente chamados culturais, de natureza espiritual ou abstrata, mas apresenta-se sob a forma de diferentes manifestações que integram um vasto e intrincado sistema de significações. Assim o termo cultura continua apontando para atividades determinadas do ser humano que, no entanto, não restringem às tradicionais (literatura, pintura, cinema – em suma, as que se apresentam sob uma forma estética), mas se abrem para uma rede de significações ou linguagens, incluindo tanto cultura popular como a publicidade, moda, comportamento, atitude, festas, consumo, etc.

Analisando conceitos mais remotos Bronowski, citado por Hanson (2007), afirma que a cultura humana é decorrente de sua fragilidade animal e de sua dificuldade de adaptar se ao meio ambiente, como as espécies animais. Diante dessas dificuldades biológicas, o animal humano desenvolveu o cérebro e as mãos e passou a adaptar o meio ambiente a si,

reconstituindo o seu habitat segundo as suas necessidades, a ponto de torná-lo irreconhecível. As diversas invenções humanas necessárias para a reconstituição da natureza constituem a cultura. De ferramentas simples a implementos e conceitos sofisticados, de dormir ao relento a arranha-céus, da linguagem à metalinguagem e às linguagens cibernéticas, tudo é cultura. “Qualquer animal deixa sinais do que foi, mas só o homem deixa as marcas de sua inventividade.” (Bronowski, 1979, *apud*, HANSON, 2007).

A cultura está indissociavelmente relacionada a um povo e se fez no intercâmbio, sendo assim, como se pode conjecturar o fechamento de uma cultura a influências externas? E a Globalização como fica?

Diante dos estudos feitos durante o curso de Especialização em Gestão Cultural SENAC (2010), Cultura e Globalização são conceitos que se fundem justamente por sua interligação. Sendo assim entende-se não ser possível conceituar cultura sem prever a influencia da Globalização, ao mesmo tempo em que a cultura promove a globalização e é promovida através dela. Além da ligação conceitual a evolução cultural está ligada ao estreitamento das distâncias, ao acesso rápido às informações e à universalização das tecnologias de que atualmente disponibilizamos, o que só foi possível através dessa quebra de barreiras entre as nações.

Já a Globalização é também a quebra de barreiras, sejam elas de distância, idiomas, credos, econômica ou de comunicação que fez com que os povos estreitassem os seus laços e pudessem a partir de interesses comuns interagirem.

No entanto, se por um lado a Globalização promoveu a evolução de certa forma ela também promoveu certas descaracterizações. Atualmente vemos tribos que usavam até pouco tempo peles de animais para se vestir e hoje usam calça jeans e tomam Coca-Cola. Com isso nascem alguns questionamentos, tais como: Será que a Globalização é totalmente positiva?

Dupin (2005, p.18) reforça, “É claro que existem controvérsias em relação ao alcance dessa uniformização na produção cultural, pois, como as culturas se constroem constantemente na interação, as comunidades estão sempre produzindo diferenças e tendem a absorver e transformar tudo o que chega de fora. Esse é um fenômeno conhecido no Brasil como antropofagia cultural, na fórmula consagrada por Oswald de Andrade.”.

Diante do exposto anteriormente por Dupin (2005), percebe-se que a mudança pode promover pontos positivos, mas pode também deixar seqüelas. Muitos povos, principalmente algumas tribos indígenas aqui do Brasil se descaracterizaram culturalmente com esse excesso de acessos. Vimos serem deixados de lado inúmeros costumes para se deleitar sobre as facilidades das modernidades, e isso para a cultura foi negativo, pois se perderam no meio do caminho inúmeros pontos que caracterizavam esse povo.

Com isso a universalização da informação fez com que as pessoas pudessem optar por determinadas culturas, fossem elas criadas pelo seu povo ou por outro, começou a miscigenação de hábitos incomuns que resultaram em um terceiro elemento, criando a partir daí outras diversas “identidades” em um único local, se assim podemos chamar. Acredita-se que não seja uma nova identidade, mas sim novos hábitos serão interpretados como identificação desse grupo.

Dupin (2005, p.18) enfatiza:

Todos reconhecem que a globalização da economia e os progressos das tecnologias da informação e da comunicação, ao facilitar a circulação dos bens e serviços culturais, favorecem os contatos e intercâmbios entre as culturas. Como a cultura, assim como a identidade, é construída na interação, o problema não é que as interações entre as sociedades e suas culturas passaram a ser intermediadas pelos meios de comunicação, mas o fato de que essa interação tem sido profundamente desigual: ela se dá principalmente dos países mais ricos para os países mais pobres. O exemplo mais visível é a oferta de filmes no mundo, pois as grandes produtoras cinematográficas são norte-americanas, e detêm algo como 90% do mercado mundial de filmes.

Analisando os conceitos apresentados por Dupin (2005), não podemos desconsiderar esse fato, pois ha alguns anos, quando se falava de filmes brasileiros, por exemplo, o que

vinha à mente eram filmes pornográficos, que pessoas de “bem” não poderiam assistir. Logicamente que não podemos desconsiderar as produções, que realmente eram mal feitas e tinham esse apelo, no entanto se não tivesse esse foco ninguém conseguiria sobreviver produzindo filmes nacionais. Esse cenário obviamente mudou, através de muito investimento financeiro, qualificação e credibilidade que as patrocinadoras nacionais deram a esses filmes. Logicamente não podemos desconsiderar os investimentos públicos feitos através da ANCINE (Agencia Nacional de Cinema) e das empresas privadas que passaram a investir mais através de incentivos fiscais.

Ao falar-se sobre cultura é fundamental considerar-se as questões relacionadas à Diversidade Cultural, que segundo Machado (2008), não podemos deixar de citar a Convenção da UNESCO sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade Cultural aprovada no final de Outubro de 2005 com a votação de uma surpreendente maioria mais de 30 países aprovaram suas diretrizes de ação. Esta convenção foi o resultado de discussões de mais de 20 anos intensificadas a partir do final da década de 1990 e parte do principio de que a Diversidade Cultural é um valor universal e este é o seu foco.

Saindo do campo mundial e tratando especificamente do Brasil, este aprovou o instrumento jurídico internacional para garantir a soberania no que diz respeito as políticas culturais em dezembro de 2006, conforme decreto legislativo 485/2006, fazendo com que o cenário de políticas públicas relacionadas à cultura e sua diversidade tivessem um pouco mais de voz.

Até bem pouco tempo falar em cultura para certos governantes era algo extremamente chato e desgastante, principalmente porque a população não queria saber de cultura, dava importância para as estradas pavimentadas, sistema de saúde adequado e educação de boa qualidade. De forma alguma se quer desmerecer a importância desses assuntos, no entanto

partindo-se do princípio de que uma sociedade caminha e se desenvolve a partir da inclusão e valorização do ser humano como um todo se tem que admitir que o respeito a suas raízes devesse vir em primeiro lugar.

Com base nisso e analisando os estudos feitos pelo observatório cultural da PUC de Minas e escritas pelo Professor José Marcio Barros - Diretor de Arte e Cultura da PUC Minas e publicado em 2006 sobre a Identidade e Diversidade Cultural esse fato fica ainda mais claro quando percebemos a total ligação entre a diversidade cultural e o Desenvolvimento. Ora se por um lado as pessoas querem um país desenvolvido para que o mesmo disponibilize novas oportunidades e se a cultura está diretamente ligada a esse fato será que não é chegada a hora de mudarmos um pouco o foco e tratarmos primeiro do indivíduo e depois do seu entorno?

Barros (2006, p.03) enfatiza:

Articular cultura, diversidade e desenvolvimento, essa parece ser a mais urgente e complexa tarefa das políticas públicas de cultura, especialmente nos contextos em que, de forma singular e perversa, a riqueza cultural convive com uma dramática pobreza econômica. Tais cenários de complexa ambiguidade são, hoje, objeto de profunda reflexão e articulação política, de forma a permitir uma integração positiva e propositiva.

Sendo assim entende-se que um dos grandes desafios do século XXI é ir além do reconhecimento antropológico da diversidade cultural como patrimônio da humanidade, mas de agregar a essa tarefa a urgência do enfrentamento de sua dimensão política e econômica.

Nos estudos feitos pelo Professor Barros (2006) e toda a equipe que participou dos Seminários que discutiram incansavelmente esse tema, foram apontadas duas aspectos de fundamental importância. O primeiro aspecto refere-se à cultura como o seu reconhecimento antropológico. Segundo Barros (2006, p. 3): “a diversidade cultural deve estar conjugada sempre e de forma indissociável com a perspectiva do pluralismo cultural, espécie de dimensão política que lhe aproxima e lhe fortalece como componente central dos direitos fundamentais da humanidade”.

Já o segundo apresenta a diversidade cultural como uma fonte geradora de riquezas. Barros (2006, p.3) afirma: “a diversidade cultural deve também ser provedora de sobrevivência digna: geradora de riquezas operadas sob a lógica da distribuição e da superação das desigualdades”.

Diversidade cultural refere-se, portanto, aos diversos modos de agir com e sobre a natureza, mas também aos dinâmicos e inesgotáveis processos de atribuição de sentidos e significados.

A ideia de desenvolvimento que a cultura realiza é tanto a geração de um bem subjetivo, ou seja, o desenvolvimento espiritual do homem e o aprimoramento das relações sociais através dos inúmeros processos de socialização, quanto à constituição de uma economia de bens simbólicos; um mercado de trocas de sentidos que permite e desafia a vida coletiva.

Machado (2008, p. 35) afirma que “não é possível falar de política de Diversidade Cultural sem considerar as variáveis de renda e sua distribuição. Se levarmos em consideração a quantidade de conteúdo cultural disponibilizado no Brasil e o quanto isso pode representar de forma econômica certamente conseguiríamos melhorar de forma significativa essa enorme diferença na distribuição de rendas.”.

O Brasil é considerado o único país no mundo onde não existe um biótipo formado, qualquer pessoa estrangeira que visite o Brasil passa por brasileiro, justamente pela enorme miscigenação que possuímos.

Machado (2008, p.35), conclui:

[...] eu diria que para que o País de fato, dê sequência prática a todas as teses em defesa da diversidade, dois aspectos me parecem fundamentais: incluir de uma abordagem que privilegie o nível local, ou seja, as cidades, no âmbito das políticas culturais, bem como ter sempre em mente que estaremos, ainda por muito tempo, lidando com a promoção da diversidade em um país que é culturalmente diverso, mas é, sobretudo, socialmente desigual.

No que se refere à Educação Freire (1996, p.41) ressalta:

a questão da identidade cultural, de que fazem parte a dimensão individual e a de classe dos educandos cujo respeito é absolutamente fundamental na prática educativa progressiva, é problema que não pode ser desprezado. Com isso sabemos que a base do crescimento e desenvolvimento do indivíduo está diretamente ligado à base educacional, desta forma não adianta termos escolas se não temos um corpo docente preparado para lidar com a diversidade. No que se referem às questões políticas, essas tem sido e serão fundamentais no processo evolutivo de todo esse novo sistema que refletirá de forma significativa no crescimento econômico do indivíduo e conseqüentemente do seu entorno.

Conclui-se, portanto que quando tratamos da Diversidade Cultural não podemos deixar de lado as questões sociais, educacionais, políticas e econômicas. Sociais porque tratamos do indivíduo e de seu papel em sua comunidade. Educacionais porque essa é a base da evolução de uma sociedade. Econômicas porque a melhoria da condição humana esta amplamente ligada à capacidade do indivíduo de produzir e ser recompensado financeiramente por isso e finalmente políticas, porque a base organizacional da sociedade está apoiada na capacidade que os Gestores públicos possuem de melhorar a condição de vida das pessoas através de sua ampla atuação política.

2.2 Economia da cultura

Além da Globalização, outro fator que não se pode deixar de evidenciar é a economia gerada pela cultura. Há anos que a produção cultural tem gerado renda e feito com que inúmeras comunidades tenham mudado completamente as suas condições de vida em função do seu artesanato, da sua musicalidade, de suas danças entre outras atividades que de certa forma foram reconhecidas e puderam a partir disso melhorar a vida desse povo. Dupin (2005, p.19) enfatiza “[...] área da cultura é a que mais cresce e emprega no mundo, com negócios da ordem de US\$ 1,3 (um trilhão e trezentos bilhões de dólares) ou cerca de R\$ 4,2 trilhões [...]”.

Essa mudança é muito bem apresentada por Yúdice (2004, p.11): “A cultura é hoje vista como algo em que se deve investir, distribuída nas mais diversas formas, utilizada como

atração para o desenvolvimento econômico e turístico, como mola propulsora para novas indústrias culturais e como uma fonte inesgotável para novas indústrias que dependem da propriedade intelectual.”.

Diante disso percebe-se que a noção de cultura como recurso pressupõe seu gerenciamento, numa perspectiva que não era característica nem da alta cultura, aqui entendida como museus, teatros entre outros, nem da cultura de massa, como rituais, canções, lendas populares, culinária, costumes e outras práticas simbólicas, e para complicar ainda mais a cultura como recurso circula globalmente e numa velocidade crescente. Esse cenário fez com que aparecesse um novo personagem, o Gestor Cultural, muitas vezes despreparado pelo fato do mercado não ter até então essa exigência e praticamente sem embasamento científico.

Segundo Tolila (2007) a reflexão econômica preocupou-se muito tardiamente com o setor cultural, depois de cerca de cinquenta anos, o que explica a escassez de economistas que estudam essa área, falta dados e interpretações confiáveis. “Essa situação produz de certa forma uma grande frustração em todos que desejam trabalhar no sentido de um fortalecimento do desenvolvimento cultural, sejam eles tomadores de decisões, atores do setor cultural (artistas, profissionais diversos) ou simples cidadãos.” Tolila (2007, p.25).

Voltando para o cenário nacional, tem-se que admitir que falta muita evolução neste sentido, mas não se pode deixar de reconhecer que houve uma mudança significativa inclusive nas políticas públicas relacionadas à cultura. Prova disso foi à aprovação do Plano Nacional de Cultura através da lei Nº 12.232 de 12 de dezembro de 2010 e da PEC Nº 416/2005, que está em tramitação no Congresso Nacional, que será fundamental para garantir juridicamente a implantação do Sistema Nacional de Cultura. Além disso, a Lei Rouanet nº

8.313/1991, está passando por reformulações para garantir uma distribuição de recursos mais uniforme.

Se analisarmos os dados apresentados no Anuário de estatísticas culturais (2009, p.220) percebe-se que os maiores investimentos são feitos pelos municípios. Na região Sul, por exemplo, dos 1.188 municípios, 1.101, tem no orçamento municipal recurso destinado à cultura, isso representa 92,68% dos municípios dessa região. Levando-se em consideração o Estado de Santa Catarina, 92,15% dos municípios tem recurso próprio destinado ao setor.

No entanto se analisar os recursos destinados pelos Estados aos Municípios esse percentual é bem menos significativo. Os Estados do Sul compostos pelos 1.188 municípios destinaram recursos estaduais a 159 municípios, representando 13,38%. Notavelmente percebe-se o baixo número de municípios que receberam apoio do Estado para a Cultura. Santa Catarina repassou recursos a 17,06% dos municípios, e levarmos em consideração que este Estado já possui Fundo Estadual para a Cultura, ainda assim o investimento é muito baixo.

O estudo apresentado pelo Ministério da Cultura (2009, p.222) apresenta os investimentos feitos pelo Governo Federal aos municípios e novamente o investimento é baixo. Tomando como base a região Sul, somente 147 municípios foram atendidos com recurso federal, o que representa 12,37%. Desse percentual, 12,63% foi destinado ao Estado de Santa Catarina.

Percebe-se com esses dados, que falta investimento das esferas Estaduais e Federal, pois os municípios comprovadamente apesar de seu orçamento restrito e tendo que cumprir com todas as suas obrigatoriedades previstas em lei, mesmo assim não deixaram de investir no setor, importância esta que ainda não é dada pelo Governo Estadual e Federal em termos de repasses.

No entanto ao analisarmos os dados referentes a financiamento da cultura, esses números melhoram a distribuição é injusta. Em reunião com os Produtores Culturais feita na cidade de Curitiba/PR em 17 de junho de 2011 pelo Secretário de Fomento e Incentivo a Cultura, Henilton Menezes apresentou os seguintes dados:

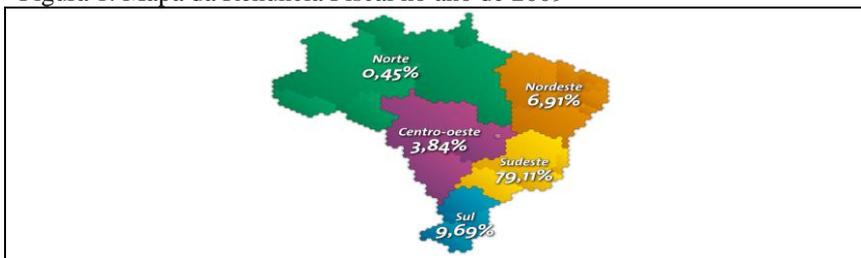
Tabela 1 - Analise de Projetos – lei Rouanet no ano de 2010

Região	Propostas apresentadas	Projetos com captação	Aproveitamento	Valor captado em (R\$ mil)	% do total
CENTRO OESTE	1.999	128	6,40%	32.556,00	2,84%
NORDESTE	3.514	264	7,51%	69.022,00	6,04%
NORTE	651	41	6,29%	26.664,00	2,32%
SUDESTE	14.463	2.179	15,06%	886.090,00	77,43%
SUL	3.742	703	18,78%	130.086,00	11,37%
TOTAL	24.369	3.315	13,60%	1.144.418,00	100,00%

Fonte: Ministério da Cultura – Henilton Menezes – 17 de junho de 2011

No ano de 2010 segundo o Secretário Henilton Menezes, foram aprovados para captação R\$ 1.298.844,60, deste valor conforme mostra a tabela, foram captados R\$ 1.144.418,0 tendo um aproveitamento de 88,11% do valor aprovado, comprovando que o setor privado é o maior investidor no setor cultural. O mapa a seguir mostra a distribuição dos recursos de financiamento no Brasil.

Figura 1. Mapa da Renuncia Fiscal no ano de 2009



Fonte: Ministério da Cultura – Henilton Menezes, 17 de junho de 2011.

Com base nessa apresentação percebe-se a grande concentração de investimentos na Região Sudeste, essa concentração que se deve à localização dos principais proponentes, que apresentam um volume grande de projetos se comparados às demais regiões do País. Segundo o secretário esse cenário deve mudar nos próximos anos, com a reformulação da lei Rouanet que se encontra em tramitação no Congresso Nacional através do Projeto de Lei 1.139/2007 PROCULTURA, que prevê mudanças significativas nos critérios de financiamento à Cultura, o que segundo ele deverá melhorar a distribuição dos recursos.

A apresentação desses dados serve para demonstrar que apesar da Cultura ter ficado por longos anos à margem das prioridades governamentais, o cenário tem-se mostrado mais positivo, principalmente pelas cifras que tem representado no PIB nacional e mundial. Levantamentos feitos pelo Banco Mundial e pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) indicam que cerca de 7% do PIB mundial vêm exatamente da economia da cultura e índice semelhante se verifica no Brasil.

Segundo Machado (2008), essa valoração não aconteceu de uma hora para outra, muito menos de livre vontade da sociedade e governo. A convenção aprovada no final de outubro de 2005 pela UNESCO e que está em vigor no Brasil desde 2007 foi decisivo para que as políticas públicas que tratam da Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais tivessem um embasamento legal e força para pressionar o poder público e colocar na pauta de suas prioridades a Cultura.

Prova disso é a análise de dados referente aos empregos efetivamente gerados pela indústria da Cultura no Brasil.

Tabela 2. Número de Empresas, pessoal ocupado total e assalariado, salários e outras remunerações no total das atividades e nas atividades do setor cultural - Brasil -2003-2005.

Ano	Número de empresas	Pessoal ocupado em 31/12		Salários e outras remunerações (1000 R\$)
		Total	Assalariado	
Total da atividade				
2003	5 185 573	35 674 496	28 472 834	340 789 827
2004	5 371 291	37 577 520	30 346 961	390 053 920
2005	5 668 003	39 585 647	32 224 240	444 252 611
Atividade do Setor Cultural				
2003	269 074	1 431 449	1 007 158	17 821 912
2004	291 321	1 512 528	1 071 395	20 595 714
2005	321 395	1 635 294	1 159 392	23 598 965
Participação do setor cultural no total das atividades (%)				
2003	5,2	4,0	3,5	5,2
2004	5,4	4,0	3,5	5,2
2005	5,7	4,1	3,6	5,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2003-2005.

Em 2005, conforme as informações da Tabela 3 atuaram 321 mil empresas e outras organizações nas atividades aqui consideradas como culturais, o que correspondeu a 5,7% do número total de empresas que constituem o universo do Cadastro Central de Empresas do IBGE – CEMPRE¹. Segundo o SIIC² (2007), estas empresas ocuparam cerca de 1,6 milhão de pessoas, das quais cerca de 70% eram assalariadas. As pessoas ocupadas assalariadas nas atividades culturais tiveram remunerações médias mensais mais elevadas que o total de pessoas ocupadas nas empresas formalmente constituídas. O salário médio mensal registrado em 2005 foi de R\$ 1.060,48, enquanto o valor referente às atividades culturais foi de R\$ 1.565,74, ou seja, cerca de 47,64% superior.

Com base nessas pesquisas que demonstram o crescimento do setor somente a partir de 2003, e considerando que esses estudos são relativamente recentes, mesmo assim não podemos desconsiderar a importante participação e crescimento do setor cultural.

Outro fator que segundo Barros (2006), não se pode deixar de considerar é o papel da Cultura no desenvolvimento humano. Sabe-se que é de fundamental importância, pois não é a toa que o Programa das Nações Unidas (PNUD) substituiu os índices estritamente

econômicos e incluiu os indicadores humanos para medir o desenvolvimento de uma população.

E quando falamos em desenvolvimento humano segundo Barros (2008, p. 20):

[...]a cultura revela-se como protagonista e não apenas figurante de políticas de desenvolvimento humano, na medida em que se reconhece que:

- A cultura cruza todas as quatro modalidades de capital e todas as dimensões do capital social de uma sociedade;
- A cultura se faz presente em todos os componentes básico do capital social, como a confiança, o comportamento cívico, o grau de cooperação;
- A cultura engloba valores, percepções, imagens, formas de expressão e comunicação e muitos outros aspectos que definem a identidade das pessoas, dos grupos e das sociedades.

Continuando, Barros (2008, p.21) conclui: “[...] vemos uma integração total entre cultura, diversidade e desenvolvimento e como tal procura promover o crescimento que busca integrar passado, presente e futuro de forma a reconhecer o desenvolvimento humano como mais afeito às trocas, e não a acumulação.”.

Desta forma os índices adotados passam a ser analisados de forma mais justa, pois os fatores fundamentais que até então não eram levados em consideração começam a aparecer, como muito bem apresentou Barros (2006, p.03): “[...] O desenvolvimento humano passa a medir o processo de mudança social e econômica em termos de potencialidades e capacidades do ser humano, incluindo sua liberdade social, econômica e política, bem como suas oportunidades de saúde, educação, criação, respeito pessoal e dos direitos humanos.”.

Com isso é possível ter-se um espelho mais próximo da realidade dos indivíduos como um todo e não só no que se refere à sua realidade econômica.

No entanto não se pode pensar em políticas públicas culturais com focos assistenciais, se assim o for certamente já nasce morta qualquer estratégia de melhoria na condição de vida do cidadão. Na verdade esse tem sido um dos grandes desafios dos gestores públicos, no Brasil, principalmente, em algumas situações é muito mais vantajoso o cidadão ficar sem emprego e “grudado” aos auxílios governamentais do que produzindo.

Caetano (2007, p.46) reforça:

Precisamente um dos exemplos mais ilustrativos da necessidade dos governos da região de encarar, com o devido radicalismo, o desafio de uma reinvenção da cidadania tem a ver com os programas e as formas de aplicação de políticas sociais – inclusive as culturais – em contextos de emergência social. De fato, se não se quer que os programas de emergência se tornem assistencialistas, mas comecem a atacar as estruturas de exclusão, é imperativo que os beneficiários das novas políticas públicas se tornem, de modo crescente, *sujeitos* e não simples *objetos* da ação pública.

Com isso percebe-se o quanto é difícil planejar, e talvez seja por isso que o poder público perca tão pouco tempo planejando ações de longo prazo, normalmente as emergenciais promovem maior aprovação, pois ainda o que prevalece é o interesse eleitoral.

2.3 O profissional da gestão cultural

Segundo estudos feitos durante o curso de Especialização em Gestão Cultural SENAC (2010), uma figura importante começa a fazer parte dessas discussões sobre cultura, é o Gestor Cultural, que passa a ter papel fundamental em todo esse processo de reconhecimento da importância da cultura no mundo. Sendo assim sai de cena o papel do artista e entra o profissional da cultura. Logicamente isso não significa que o artista não possa ser o gestor, a diferença é que ele sai do palco e entra no setor administrativo.

Sabemos que o termo gestão está em pauta, fala-se em Gestão Pública, Social, da Saúde, ou seja, principalmente no setor público tem-se referido às Secretarias como gestoras, e não mais simplesmente como Secretarias.

O motivo desta nova postura deve-se as mudanças ocorridas no próprio sistema governamental, que está exigindo mais conhecimento, prova disso foi a criação do SICONV- Sistema de Convênios do Governo Federal, que se tornou obrigatório para acessar os recursos disponíveis, com isso o setor percebeu que não basta simplesmente estar à frente de um cargo

é preciso saber geri-lo de forma adequada. O Gestor é muito mais que um simples Chefe, ou responsável por determinada tarefa, ele é capaz de pensar um processo como um todo.

Levando-se em consideração que está se tratando de um tema que envolve a Administração na mais profunda de sua essência, não se podem deixar de lado os conceitos relacionados a ela. Quando se analisa por este ângulo parece até que se está entrando em contradições, pois por um lado fala-se em Cultura da sua forma mais singular e agora sua profissionalização. De certo modo é um pouco contraditório, no entanto não se pode esquecer de que a partir do momento em que se trata de uma situação a qual se exige um sistema organizacional, no caso projetos culturais, tem-se o dever de torná-lo o mais profissional possível, justamente para se mostrar esse poder de organização do setor cultural. Isso significa também preservar o seu sentido e aumentar a sua credibilidade diante de todos.

Motta (1998, p.12) escreve que: “A administração é tanto uma prática social e profissional quanto um campo do conhecimento com intenções científicas; envolve, portanto, a atividade de administrar e de produzir o saber administrativo. A controvérsia sobre paradigmas é, essencialmente, centrada na dimensão científica da gestão, apesar de ser útil para mostrar como a teoria e a prática se interligam.”.

Sendo assim a administração torna-se eficaz quando consegue aliar a teoria a sua prática e isso só é possível se as técnicas de gestão são efetivas, pois somos sabedores de que nada adianta ótimas teorias se não são aplicáveis, principalmente em se tratando do campo administrativo. Esse conceito foi vastamente apresentado por Motta (1998, p. 12) quando escreve: “Na perspectiva prática, o conhecimento administrativo se valida por sua aplicabilidade. Usuários desse conhecimento-gestores, funcionários, consumidores e clientes - formam o consenso sobre sua utilidade. Mas, para os produtores da teoria, sua validade é fruto do consenso obtido junto à comunidade científica.”.

Enfatizando um pouco mais a Gestão Cultural, Cunha (2007, p.02) escreve: “Deve-se considerar, portanto, que a gestão de cultura é um campo profissional bastante complexo que, para dar conta de tão ampla diversificação de área de atuação, exige uma formação interdisciplinar e, principalmente, a definição de um perfil desse profissional.”.

O que torna o Gestor Cultural diferente dos demais gestores que atuam nas diferentes áreas é justamente as inúmeras possibilidades de atuação cultural. A Cultura não se resume a ações teóricas, possui essências muitas vezes imperceptíveis as análises sistêmicas, desta forma ele precisa analisar muito mais de forma lúdica do que técnica e essa percepção, no entanto, não pode deixar de considerar a necessidade do conhecimento técnico como é muito bem apresentado por Cunha na citação seguinte.

Segundo Cunha (2007, p.02):

[...] além dos temas específicos de arte e cultura, é preciso saber transitar pela economia, pelos princípios jurídicos, pelo planejamento, pelo marketing e pela administração; reconhecer o local onde se atua, identificando suas potencialidades e singularidades; problematizar e discutir continuamente sobre os aspectos inerentes à política cultural pública e privada; aprimorar os conhecimentos referentes às diversas formas de manifestações artísticas, atentando-se para as novas tendências.

Desta forma, acredita-se que o papel do Gestor Cultural seja tão importante quanto o de um Gestor de uma grande empresa; ele não é simplesmente o responsável por determinado projeto, mas é aquela pessoa que possui também as características de um líder, ou seja, primeiramente consegue vender a sua ideia para os demais, consegue delegar responsabilidade, conhece o mercado em que está atuando, e acima de tudo, planeja e replaneja e planeja novamente.

Além disso, é uma pessoa que compreende os contextos políticos, sociais e institucionais, consegue se comunicar e negociar com facilidade, saber definir, delegar e cobrar responsabilidades, possui agilidade de avaliação e consegue motivar pessoas,

administrar conflitos e frustrações e certamente possui capacidade de gerenciamento sabendo valorizar e promover a visibilidade dos projetos e seus resultados.

Assim o papel do Gestor cultural está amplamente relacionado à expressão: **“trabalhador do conhecimento”** de Peter Drucker (1960), pois vai muito além do conhecimento técnico da administração. O gestor cultural precisa ter afinidade e compreender os elementos que envolvem a cultura, precisa entender de legislação buscando constantemente informações sobre os temas que envolvem os projetos da área e o mais importante, precisa saber recuar quando necessário, fazer mudanças e saber ouvir as pessoas de todas as classes. Atualmente graças às inúmeras batalhas travadas, a cultura esta sendo divulgada a todas as camadas da população e aos poucos também conseguirá ocupar o espaço merecido dentro das políticas governamentais e da sociedade como um todo.

O gestor cultural não precisa necessariamente ser uma pessoa que já está ligada a cultura, ou melhor, não precisa ser um “artista” como a maioria das pessoas pensa. Claro, que se podem ter algumas vantagens quem já está no meio cultural, mas com esforço e dedicação esse papel pode sim ser aprendido por alguém que pretende atuar na área.

Sob as perspectivas e o perfil do Gestor Cultural, Cunha (2007, p. 182) concluiu que:

Foi possível constatar que existem vários perfis da área de gestão cultural que, em grande parte, estão atuando tanto na área pública e empresarial quanto no terceiro setor. Essa diversidade de perfis foi resultado da formação diferenciada entre as gerações representadas desde a década de 1980, quando os gestores foram construindo seus próprios currículos à medida que davam ênfase às áreas de maior interesse, caracterizando um campo multidisciplinar e que perpassa, de forma transversal, outras áreas de formação. Ao mesmo tempo, encontra-se diante da existência de um leque muito amplo de possibilidades de atuação profissional no campo artístico-cultural.

Diante do contexto apresentado, percebe-se que os desafios para esse profissional são inúmeros, no entanto as perspectivas de crescimento nesse mercado de poucos especialistas são muito grandes, pois a demanda existe tanto na área pública, privada e terceiro setor, tornando esse novo profissional disputado no mercado de trabalho.

2.4 Cultura e Desenvolvimento

Todo debate acerca do desenvolvimento local e regional tem levado em consideração o conceito de crescimento endógeno, ou seja, é a capacidade que a comunidade local possui para promover o seu crescimento. As localidades e territórios têm um conjunto de recursos, econômicos, humanos, institucionais e culturais, além das não exploradas, que constituem seu potencial de desenvolvimento.

Tolila (2007, p. 89) caracteriza da seguinte forma:

Em seu estágio atual, a globalização está fundada num modelo que nasceu ao longo do desenvolvimento impetuoso de fenômenos industriais que podemos definir como **crescimento endógeno**. Nesse modelo, fundado na transformação dos próprios processos produtivos, nas novas complexidades dos mercados internos e das carências mundiais, o que conta já não é a pura posse de matérias-primas (ainda que isso seja um trunfo), a quantidade de braços, mas **o capital humano, sua qualificação, seu nível intelectual e sua capacidade de fazer funcionar um imenso complexo que vai das pesquisas fundamentais e aplicadas à finura de uma comercialização especializada ou mundial, passando pelas ciências de engenharia, à sofisticação de produções automatizadas e em que a informação útil em formato digital tem um papel crucial.**

Sendo assim cada cidade ou região é caracterizada por uma estrutura de produção, nomeada no mercado de trabalho como sistema de produção, que é a capacidade de conhecimento empresarial e tecnológico, as dotações de recursos naturais e infraestrutura social, o sistema político, tradição e cultura, em que os processos estão ligados ao crescimento econômico local. Notadamente o setor público é o maior impulsionador desse desenvolvimento local, mais especificamente as prefeituras municipais e isso tem ocorrido principalmente porque estão conseguindo um apoio maior do setor privado, acesso a capacitação e tecnologia.

Através do novo Pacto Federativo o poder local passou a assumir papel de destaque na execução de estratégias de desenvolvimento regional e local, devido a sua proximidade com

os agentes econômicos, a população se mobilizado de forma efetiva, pois entenderam que desenvolver o seu município e a sua região não é só papel da administração pública, mas toda a população deve estar envolvida, pois todos obterão benefícios. A partir do momento que se melhora as condições de vida de uma população os problemas sociais diminuem, estimula-se a economia e promove-se o desenvolvimento de forma efetiva.

Em Santa Catarina apesar de todas as dificuldades este processo está tendo mudanças significativas através do fortalecimento das Associações Municipais que tem trabalhado fortemente para o desenvolvimento regional e não somente o desenvolvimento local, pois perceberam que se o Município X cresce e o seu entorno fica estagnado a tendência da população é migrar para as áreas desenvolvidas, dificultando desta forma a continuidade do desenvolvimento, pois acabam entrando em um círculo de dependências assistenciais que acabam impedindo esse desenvolvimento.

No que se refere à cultura ficou comprovado que o setor privado é o maior investidor, que a distribuição de recursos é desigual e falta ainda muito para conseguirmos efetivar o importante papel da cultura no desenvolvimento local. No entanto não podemos deixar de ressaltar o papel que o Ministério da Cultura desenvolve no cenário nacional.

Tolila (2007, p. 79) enfatiza:

O montante e a evolução do orçamento do Ministério da Cultura exercem uma influência certa sobre os gastos culturais das coletividades territoriais. Esse efeito resulta de numerosas parcerias constituídas em matéria de política cultural pública, sobretudo no contexto de dispositivos contratuais, convenções e outras redes de estruturas rotulada (cenas nacionais, museus, etc.). Generalizando, o ministério continua sendo um ponto de referência em termos de política pública, tanto do ponto de vista dos tipos de intervenção quanto pelo reconhecimento e legitimidade que suas decisões e ações atribuem aos autores culturais, aos diversos campos artísticos e aos setores culturais sustentados por ele.

Sendo assim entende-se que o poder público ainda é peça fundamental para garantir que a cultura possa efetivamente tornar-se uma aliada no desenvolvimento local. Para isso precisa cada vez mais fortalecer as políticas públicas e comprometer-se financeiramente para

que as mudanças possam ocorrer. O desenvolvimento desse setor promove diversos impactos aqui citados por Tolila (2007, p.77):

As atividades culturais têm uma série de efeitos sobre o desenvolvimento local, efeitos reconhecidos pelos eleitos locais:

Efeito turístico que permite fidelizar, prolongar estadias na região e fazer evoluir a clientela; Efeito de notoriedade da imagem. Certos festivais, como Avoriaz, Deauville ou Cognac são “festivais para comunicar”. É um efeito particularmente importante para as empresas em vias de implantação e almejado pelos Territórios em situação econômica difícil e com a imagem degradada (é o que se pode ver, por exemplo, no efeito do Museu Guggenheim de Bilbao, que contribuiu consideravelmente para recolocar essa cidade do país basco espanhol nos mapas de rotas turísticas ou de paradas recomendáveis); Efeito de identidade que mantém ou mesmo atrai uma população jovem e qualificada; Efeito de deslocar o mecenato cultural para a população das empresas locais; Efeito eventual de “filão” como em Angoulême (desenhos animados), Avignon (teatro), Limoges (francofonia).

Diante desta análise apresentada por Tolila (2007), fica claro que os investimentos feitos na cultura podem mudar significativamente a realidade de uma comunidade. Sendo assim o poder público, principalmente, precisa conscientizar-se de que investir em cultura significa investir em desenvolvimento, em crescimento econômico, em mudanças locais.

Quanto aos gastos públicos, Tolila (2007, p. 78) apresenta os níveis que esclarecem a lógica do impacto dos gastos com a cultura:

a) o financiamento público é determinante para uma parte considerável da oferta cultural e portanto do consumo. Esse papel fica claro tanto pelos setores integralmente ou fortemente financiados (ópera, teatro público, espetáculo ao vivo em geral) quanto para aqueles onde esse financiamento representa apenas uma parte limitada do orçamento. b)os gastos públicos ajudam a consolidar a oferta e a demanda de mercado, por um lado apoiado à criação e por outro auxiliando as apostas mais arriscadas de tipo editorial sobre as produções mais exigentes. c) os gastos públicos desempenham um papel essencial para financiar e permitir a existência de numerosas atividades que diretamente não produzem bens e serviços culturais, mas que, apesar de sua falta de visibilidade, são essenciais para o bom funcionamento dos ramos culturais e para a renovação das produções: conservação, pesquisa, formação, animação, promoção coletiva...d) os investimentos na cultura também apóia o desenvolvimento das práticas culturais amadoras que lidam com financiamentos de cerca de 0,9 bilhão e que atuam em sinergia com comportamentos de forte consumo. e) os gastos com a cultura, por fim, sustentam – através da capacidade de produzir conteúdos multimídia - o desenvolvimento do equipamento doméstico de comunicação que tem evoluído muito intensamente há alguns anos: as provas estão no peso dos produtos culturais nos CD-ROMs e o lugar ocupado pelos produtos culturais no comércio eletrônico.

Desta forma percebe-se que o desenvolvimento local não é um processo rápido nem tão pouco fácil, é demorado e exige estratégias bem definidas, e com um discurso afinado entre o tripé que pode promover esse desenvolvimento, que é o Setor Público, o Setor Privado e a Comunidade. A partir do momento que esses três setores juntam-se em torno de um objetivo comum certamente esse processo terá um melhor resultado em menos tempo.

3. METODOLOGIA

A metodologia a ser utilizada, será a pesquisa exploratória através de entrevistas realizadas com os gestores culturais e prefeitos nos municípios que compõem a região da AMAI. São quatorze municípios que abrangem uma população total de 144.353 mil habitantes.

3.1 Métodos de abordagem

O método a ser utilizado será o hipotético-dedutivo levando-se em consideração a percepção de uma lacuna nos conhecimentos sobre o assunto e na dificuldade de se formular uma hipótese precisa.

3.2 Métodos de procedimento

Será utilizado o formulário com um roteiro de perguntas enunciadas pelo entrevistador e preenchidas por ele com as respostas do pesquisado e análise de conteúdo para levarmos em consideração as perguntas abertas e possíveis comentários apresentados pelo entrevistado.

3.3 Técnicas

3.3.1 Descrição

O formulário apresentará perguntas quantitativas e qualitativas além de espaço para comentários dos pesquisados.

3.3.2 Como será sua aplicação

Faremos agendamento com os gestores culturais nos seus respectivos locais de trabalho. Desta forma o pesquisado saberá antecipadamente o objetivo da pesquisa para que possa responder com tranquilidade.

3.3.3 Codificação e tabulação

A preparação dos dados incluirá a edição, codificação, transcrição e verificação. Cada formulário será inspecionado, editado e se necessário corrigido. Serão atribuídos códigos numéricos para as perguntas fechadas para facilitar a tabulação e análise. A verificação garantirá que os dados dos formulários foram transcritos com precisão.

O projeto inteiro será documentado em um relatório escrito que cubra as perguntas específicas identificadas, descrevendo a abordagem, a concepção do formulário, a coleta de dados, os procedimentos de análise adotados apresentando os resultados e as principais constatações. Nessa apresentação serão utilizados tabelas, figuras e gráficos para aumentar a clareza e o impacto da pesquisa.

3.4 Delimitações do universo de pesquisa

A entrevista será feita abrangendo todos os Gestores públicos ligados à cultura dos 14 municípios pertencentes à área geográfica que foi delimitada.

Levando-se em consideração que cada um desses municípios possui apenas um representante da cultura teremos um universo de 14 pessoas.

3.5 Tipos de amostragem

Levando-se em consideração que o universo é relativamente pequeno, a distância entre os entrevistados também é pequena, e o agendamento para esse levantamento de dados não apresenta muitas dificuldades, será feito um censo para conseguirmos chegar a um diagnóstico mais preciso diante do assunto abordado e do problema em questão.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Apresentaremos agora os resultados do questionário que foi aplicado aos gestores culturais dos quatorze municípios pertencentes à região do Alto Irani Catarinense. Percebeu-se uma grande dificuldade por parte dos Gestores nas perguntas abertas, justamente pelo pouco tempo de atuação dos mesmos nesta área. A tabela 4 apresenta o perfil dos municípios que compõem essa região para melhor visualização quando ao número de Habitantes, IDH, PIB, Atividade econômica principal e secundária. Como se pode observar a grande maioria dos municípios destaca-se como prestador de serviço justamente porque a Prefeitura Municipal é a maior empregadora do Município, o que demonstra a dependência que a

população tem do setor público, o que limita o crescimento, ficando as pessoas sujeitas a concursos públicos e resultados das eleições. Existem poucas indústrias nessa região, as maiores são as Agroindústrias.

Tabela 3: AMAI (Associação dos municípios do Alto Irani Catarinense)

Município	Pop.	IDH	PIB	Atividade Econômica Principal	Atividade Econômica Secundária
Abelardo Luz	16.870	0,785	R\$ 205.260,00	Serviços	Agropecuária
Bom Jesus	2.394	0,734	R\$ 25.351,00	Serviços	Agropecuária
Entre rios	3.083	0,694	R\$ 15.297,00	Serviços	Agropecuária
Faxinal dos Guedes	10.611	0,819	R\$ 153.265,00	Serviços	Indústria
Ipuacú	6.816	0,716	R\$ 43.665,00	Serviços	Agropecuária
Lajeado Grande	1.494	0,813	R\$ 17.884,00	Serviços	Agropecuária
Marema	2.312	0,795	R\$ 21.726,00	Serviços	Agropecuária
Ouro Verde	2.197	0,792	R\$ 32.718,00	Agropecuária	Serviços
Passos Maia	4.578	0,732	R\$ 34.027,00	Serviços	Agropecuária
Ponte Serrada	11.625	0,768	R\$ 89.177,00	Serviços	Agropecuária
São Domingos	9.612	0,793	R\$ 114.921,00	Serviços	Agropecuária
Vargeão	3.673	0,804	R\$ 49.348,00	Indústria	Serviços
Xanxerê	41.766	0,815	R\$ 598.452,00	Serviços	Indústria
Xaxim	25.223	0,809	R\$ 347.454,00	Serviços	Indústria

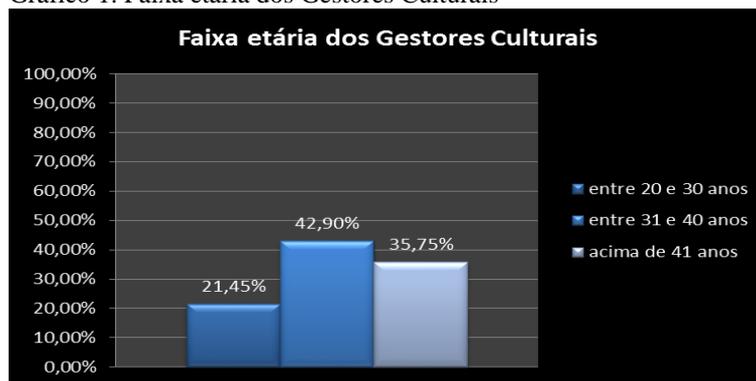
Fonte: Guia dos Municípios Catarinenses (2009/2010)

O roteiro de perguntas consta no ANEXO I. Para melhor entendimento apresentaremos os resultados das questões por grupos de perguntas que se relacionam entre si. Para facilitar a tabulação dos dados, atribui-se o valor de 7,15 % para cada questão respondida. Desta forma utilizou-se o seguinte cálculo: **(100/14: 7,1428)**, desta forma arredondamos para 7,15 para facilitar o cálculo do percentual. Nesta fórmula, **14** representa o número de municípios pesquisados, **100** representa a porcentagem de municípios entrevistados e **7,15** o percentual individual de cada município para cada resposta dada.

As questões 1 e 2 referem-se à faixa etária e escolaridade dos Gestores Culturais como apresenta o gráfico à baixo. Nele percebemos que a maioria dos Gestores encontra-se na faixa etária entre 31 e 40 anos e possui o ensino superior completo, demonstrando que no quesito

escolaridade, os Gestores possuem a graduação recomendada, mas essa graduação na grande maioria é em áreas muito diferentes das relacionadas à cultura. Somente um gestor cultural possui alguma graduação na área da cultura, os demais passam pela pedagogia, psicologia, processos gerenciais, contabilidade e educação física. Acredita-se que essa falta de formação específica deve-se à falta do fornecimento de cursos específicos na região, dificultando o acesso. Outro fator é a junção de áreas como Educação, Esporte, Cultura e Turismo, que na grande maioria formam um único departamento. O próprio Estado de Santa Catarina tem em sua estrutura Administrativa Secretaria de Turismo, Esporte e Cultura.

Gráfico 1. Faixa etária dos Gestores Culturais



Fonte: o autor, 2011.

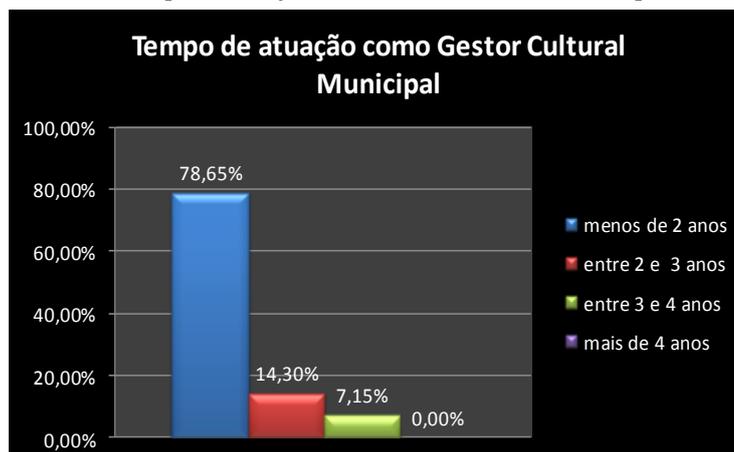
Gráfico 2. Escolaridade dos Gestores Culturais



Fonte: o autor, 2011.

A pergunta 3 refere-se ao tempo de atuação no cargo, 78,65% estão no cargo a menos de 2 anos, o que comprova a grande a rotatividade do setor. Na questão 4 pesquisamos a influência do fator político sobre o cargo e as respostas foram quase que unânimes, quando há mudança no cenário político muda-se o responsável pela pasta o que faz com que os trabalhos não tenham continuidade, o planejamento não é seguido, sem contar com a falta de experiência de cada novo ocupante do cargo. Essas duas questões comprovaram o quanto o setor público precisa se profissionalizar, não somente os cargos em comissão, mas os futuros prefeitos para que a capacidade técnica prevaleça sobre a indicação política.

Gráfico 3. Tempo de atuação como Gestor Cultural Municipal



Fonte: o autor, 2011.

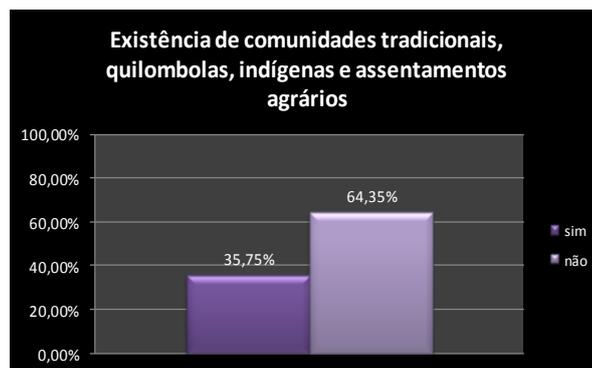
Gráfico 4. Mudança no cenário político



Fonte: o autor, 2011.

A pergunta 5 referia-se a existência de comunidades tradicionais nos municípios, apesar de alguns gestores terem respondido que não possuem dados do IBGE apontam a existência de muitas comunidades tradicionais, principalmente indígenas e assentamentos agrários. Com isso comprovou-se que o pouco tempo de atuação na área faz com que esses gestores se quer tem conhecimento do que de fato existe em seu município ou na região. Sabe-se que o Governo Federal principalmente existem diversos programas específicos para comunidades tradicionais e esses recursos deixam de ser acessados por muitos municípios por falta de conhecimento do local em que atuam.

Gráfico 5. Existência de Comunidades Tradicionais

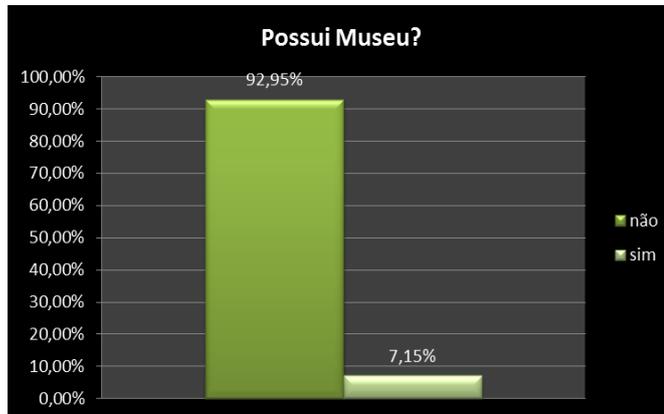


Fonte: o autor, 2011.

As questões 6, 7, 8 e 9 referem-se à infraestrutura cultural dos municípios e percebe-se o quanto é deficiente, dificultando desta forma o acesso da comunidade aos equipamentos culturais e ao desenvolvimento de atividades culturais por parte dos gestores. Dos 14 municípios da região da AMAI, 57,20% possuem biblioteca adequada, somente 1 município possui Museu, 21,45% possuem livraria, e 14,30%, ou seja, somente 2 possuem casa da cultura, nenhum deles possui cinema ou teatro. Desta forma percebe-se que nesta região existe uma grande deficiência de investimento em infraestrutura cultural. Sabe-se que essa realidade deve-se ao fato dos municípios não possuírem recursos próprios suficientes para investir nesses equipamentos culturais. O Estado de Santa Catarina também não possui nenhum

programa específico de infraestrutura para esse setor, os recursos ficam restritos ao apoio a eventos tipo Feiras Agropecuária, Industrial e Comercial. No que se refere a investimentos do Governo Federal os pequenos municípios estão fora dos programas que preveem a construção de Cinemas, Casa da Cultura e Teatros, normalmente conseguem esses investimentos municípios com mais de 100.000 habitantes.

Gráfico 6. Existência de Museu



Fonte: o autor, 2011.

Gráfico 7. Existência de Livraria



Fonte: o autor, 2011.

Gráfico 8. Existência de Biblioteca



Fonte: o autor, 2011.

Gráfico 9. Existência de Teatro, cinema ou Casa da Cultura.



Fonte: o autor, 2011.

Na questão 10 perguntamos quanto à legislação dos municípios no que se refere ao setor cultural e somente 14,30 % dos municípios possui lei de incentivo a cultura, 50,05% está elaborando e 35,75% não possui. Percebeu-se que essa movimentação aconteceu depois da criação do Sistema Nacional de Cultura, aprovado em dezembro de 2010, que instituiu diretrizes relacionadas ao setor, o que fez com que alguns gestores públicos começassem a atuar na área da cultura. Os dois municípios que possuem lei de incentivo tiveram a mesma aprovada durante o ano de 2011. Comprovando o quanto é novo este assunto para todos na região.

Gráfico 10. Em seu Município existe lei de incentivo a cultura?



Fonte: o autor, 2011.

A questão 11 e 12 foram definitivas para identificarmos o principal problema do setor. Perguntamos como é planejado o gasto da cultura e o valor orçamentário disponível para utilizar em ações culturais. A primeira enfatizou que o planejamento de gasto é feito em 78,65% dos municípios pelo Prefeito, é ele quem decide no que será gasto os recursos da cultura. Percebemos grande frustração dos Gestores diante deste questionamento, pois todos comentaram que possuem muitas ideias, mas que não são aceitas pelo Prefeito, ou por falta de conhecimento, ou por achar que não é necessário. Mais uma vez comprovou-se que normalmente esses gestores estão no cargo para cumprir protocolo, porque não tem nenhum poder de decisão sobre as ações que serão desenvolvidas pela pasta, o que torna-se desnecessário a figura do Gestor Cultural. Na questão 12 isso ficou muito claro, pois 57,20% dos entrevistados não tem conhecimento do quanto de recurso tem disponível para utilizar nas ações da cultura. E 35,75% possuem no máximo um orçamento de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por mês para utilizar na cultura. Parece um valor significativo, mas se levarmos em consideração que todos os municípios possuem Feiras Agropecuárias que consomem em torno de R\$100.000,00 (cem mil reais) para realizar, resta em torno de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por ano para as demais ações, ou seja, em torno de R\$ 1.600,00 (hum mil e seiscentos

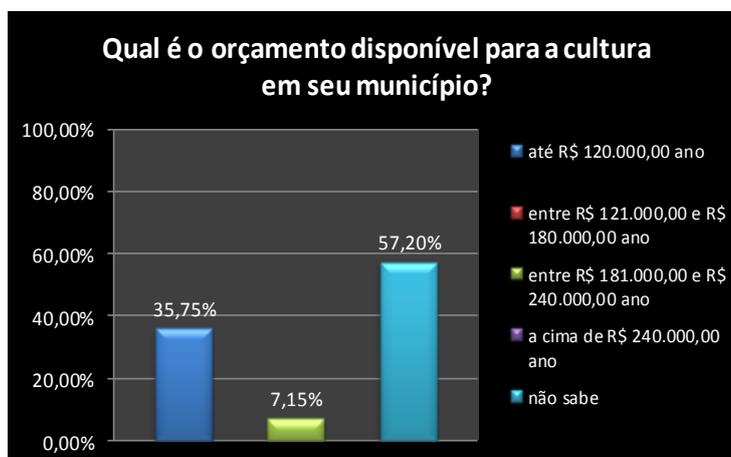
reais) por mês no máximo, o que representa muito pouco para desenvolver ações de geração de emprego e renda.

Gráfico 11. Como é planejado o gasto da cultura em seu município?



Fonte: o autor, 2011.

Gráfico 12. Qual é o orçamento disponível para a cultura em seu município?

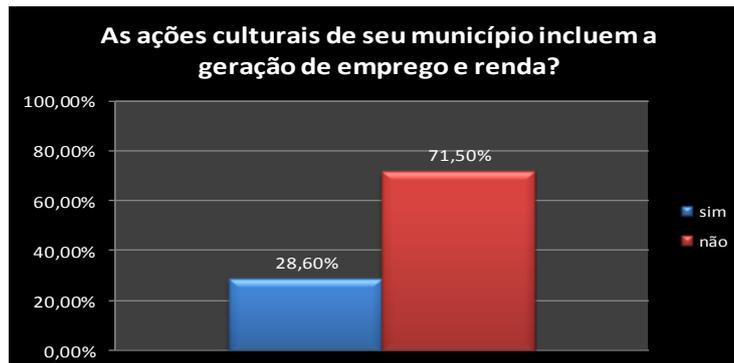


Fonte: o autor, 2011.

As questões 13 e 14 foram específicas quanto à relação entre cultura e geração de emprego e renda. 71,50% dos municípios não desenvolve nenhuma ação cultural que possa gerar emprego e renda. Esse resultado não poderia ser diferente, levando-se em consideração a questão orçamentária e de autonomia do Gestor Cultural e a falta de participação da sociedade civil. Se analisarmos o resultado da pergunta 14 percebe-se que os mesmos 71,50% dos

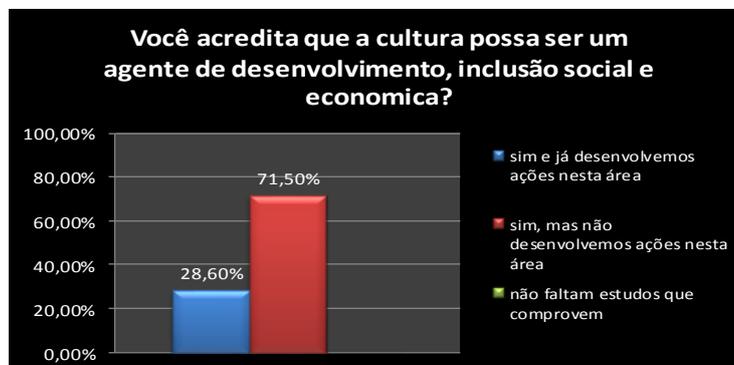
gestores acreditam que a cultura pode ser um grande aliado no que se refere ao desenvolvimento, inclusão social e econômica dos indivíduos, desta forma percebe-se que se os gestores culturais tivessem mais autonomia, poderiam acelerar de alguma forma o desenvolvimento local e regional no que se refere à cultura.

Gráfico 13. As ações culturais de seu município incluem a geração de emprego e renda?



Fonte: o autor, 2011.

Gráfico 14. Você acredita que a cultura possa ser um agente de desenvolvimento, inclusão social e econômica?



Fonte: o autor, 2011.

Na questão 15 incluiu-se questionamento referente ao Vale Cultura que é um benefício de R\$ 50 a trabalhadores que recebam até cinco salários mínimos. O projeto tem como objetivo garantir meios de acesso e participação nas diversas atividades culturais desenvolvidas no país. O valor pode ser usado na compra de livros, CDs e DVDs, ou para assistir a filmes, peças de teatro e espetáculos de dança. Primeiro mecanismo de fomento ao

consumo de cultura, similar ao já conhecido tíquete-alimentação, será disponibilizado preferencialmente por cartão magnético. Esse benefício está em aprovação através do PL 5798/2009. Para nossa surpresa, 50,05% dos entrevistados não tem conhecimento deste assunto, comprovando mais uma vez a falta de conhecimento do que esta acontecendo neste setor a nível nacional. Sabe-se que essa falha não está somente no Gestor Cultural, mas nas próprias ações de divulgação do Governo Federal. Percebeu-se que as pessoas irão tomar conhecimento do assunto somente depois de sua aprovação. No entanto ficou mais um questionamento sem resposta, aonde as pessoas irão gastar esse valor em seus municípios? Se nenhum possui infraestrutura disponível para utilizar esse benefício? Será que o Governo Federal mais uma vez não está indo no sentido contrário? Disponibilizando recurso, sem disponibilizar meios de utilizá-lo? Essas interrogações provavelmente servem para trabalhos futuros.

Gráfico 15. Você acredita que o vale cultura irá melhorar o acesso a cultura e dessa forma movimentará a economia?



Fonte: o autor, 2011.

A pergunta final foi uma pergunta aberta e relaciona-se aos desafios do Gestor Cultural para desenvolver a cultura como fator de inclusão social, econômica e de desenvolvimento regional. De acordo com as respostas apresentadas pelos gestores, percebeu-se que o maior desafio para todos é entender o processo como um todo, conseguir mais espaço para atuar de forma efetiva na administração municipal, conseguir planejar e executar as

ações previstas. Todos entendem que com as novas legislações será possível implantar de fato ações que possam beneficiar a população e promover de forma efetiva o Desenvolvimento Regional, a inclusão social e econômica dos indivíduos.

5. RECOMENDAÇÕES

Após ter-se realizado esse estudo propõem-se as seguintes ações que podem contribuir para melhorar as ações relacionadas ao setor cultural e sua atuação como agente promotor de Desenvolvimento Local, Regional, inclusão social e econômica do indivíduo de forma efetiva.

No que se refere à Gestão Cultural, propomos:

- ✚ Proporcionar qualificação continuada dos Gestores Culturais.
- ✚ Diminuir a rotatividade dos Gestores, fazendo com que os mesmos sintam-se mais seguros na implantação de programas que podem desenvolver sem medo de serem transferidos de setor, ou até mesmo estar fora da Administração Pública.
- ✚ Promover a realização de orçamento participativo, incluindo a sociedade civil e proporcionando maior autonomia do Gestor Cultural nas questões orçamentárias.
- ✚ Aumentar o orçamento disponível para o setor para que o mesmo possa desenvolver ações mais eficientes e não somente a realização de eventos.
- ✚ Melhorar o planejamento através da elaboração dos Planos Municipais de Cultura prevendo ações de longo prazo.

No que se refere à Diversidade Cultural:

- ✚ Promover parceria com a Academia para que possam ser feitos estudos aprofundados sobre as culturas locais promovendo o resgate histórico da região, valorizando as diversas formas de expressão.

✚ Fortalecer a inclusão social através da valorização da diversidade fazendo com que a mesma seja aliada na inclusão social e econômica dos cidadãos.

Quanto à Economia da Cultura propomos:

✚ Parcerias entre a Administração Pública, Empresários da Região e Academia para que se promovam oficinas de qualificação nas áreas da cultura fortalecendo a cultura local e o comércio.

✚ Elaboração de um calendário de eventos culturais regional promovendo aumento no fluxo turístico nos 14 municípios.

✚ Promover a implantação de equipamentos culturais como cinema, teatro, museus e casa da cultura que são inexistentes na região. Dentre esses equipamentos sabe-se que alguns demandam investimentos altos e são incompatíveis com a realidade desses municípios. Cinema e Teatro, por exemplo, somente o Município de Xanxere/SC poderia comportar esses equipamentos, pois além de ser o maior município dentre os da Associação, situa-se na região central aos demais, o que ajudaria muito, pois sua distância é pequena entre os demais. Em todos os demais municípios será de fundamental importância implantar Bibliotecas adequadas e Casa da Cultura, ou Centros Culturais, que são espaços que demandam investimentos menores e podem abrigar de forma adequada todas as atividades culturais, promovendo o fortalecimento da cultura local.

✚ Ampliar as atividades culturais através do incentivo aos artistas locais para que possam ser valorizados.

Quanto à relação entre a Cultura e Desenvolvimento Regional propomos:

✚ Fortalecimento do Colegiado de Gestores Culturais da AMAI através da contratação de profissional qualificado para atendimento permanente na associação dos municípios para dirimir dúvidas dos gestores e fazendo com que esse profissional seja o elo caso haja mudança

do Gestor Cultural dos Municípios. Esse profissional deverá possuir nível superior com especialização na área da cultura e experiência na área pública. Poderia ser contratado pelo período de 10 horas ou 20 horas para ficar na Associação Municipal do Alto Irani para que o mesmo estivesse à disposição dos 14 Municípios nesse local. Se necessário o mesmo poderia estar se deslocando até os Municípios em casos específicos. Levando-se em consideração o custo que cada município teria para contratar em separado um profissional como esse e a dificuldade de encontrar na região essa qualificação, seu salário poderia variar entre R\$ 3.000,00 e R\$ 3.500,00, representando um investimento de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por município. O que representa um investimento relativamente baixo diante do ganho que todos teriam no setor.

✚ Implantação de Consórcio público envolvendo Cultura, Turismo e Desenvolvimento para que os municípios possam se fortalecer tendo maior visibilidade diante do Governo Estadual e Federal.

✚ Auxiliar na organização da sociedade civil por meio da criação de Associações de moradores, mulheres, jovens para que as mesmas se tornem independentes juridicamente do poder público e possam apresentar projetos diretos aos órgãos financiadores para que se fortaleçam e não fiquem a mercê de influências políticas.

As recomendações sugeridas requerem planejamento por parte do setor público, participação da iniciativa privada e organização da sociedade civil, desta forma sabe-se que são ações de longo prazo, que estão acima de partidos políticos e resultados de eleições, são mudanças de paradigmas e evolução da Administração Pública e seus parceiros.

CONCLUSÃO

Ao finalizar esse estudo pode-se confirmar que a cultura precisa ser analisada, vista ou considerada em pelo menos três dimensões. Primeiro como geradora de emprego e renda, auxiliando no desenvolvimento econômico de uma região e, portanto tem sua importância econômica. Segundo, atuar como instrumento de integração e união entre as pessoas, e, portanto ela tem sua importância social, e por último mexe com as relações de poder da sociedade, forma a cidadania, auxilia na conscientização da sociedade e dos indivíduos, e por isso, tem sua importância política.

Com isso o poder público conseguiu utilizar a Cultura como agente modificador do estado de estagnação de uma grande massa populacional, que atualmente está presa a programas assistencialistas de pouca efetividade, ou melhor, que resolvem a situação momentânea dessas pessoas, mas não auxiliam no seu crescimento como indivíduo dentro de uma sociedade. A partir do momento em que a concepção de cultura é ampliada, passa-se a considerar todos os indivíduos, e não apenas os artistas.

No que se refere aos objetivos específicos propostos nesse estudo conseguiu-se levantar o perfil do Gestor Cultural dos municípios que compõem a região do Alto Irani Catarinense e percebeu-se que hoje mais do que nunca tem sido peça fundamental como agente motivador e modificador dessa realidade, pois está sendo valorizado também como profissional capaz de gerir projetos e auxiliar na elaboração das novas políticas públicas. O que não pode se deixar de lado logicamente é a qualificação que é fundamental, pois não basta só entender de cultura, é preciso aliar os conceitos administrativos para se chegar a resultados positivos.

Quanto às ações desenvolvidas pelos Gestores Culturais no que se refere à cultura como fator de Inclusão Social, Econômica e Desenvolvimento Regional percebeu-se que existem poucas ações que possam promover o desenvolvimento através da cultura. Isso se deve principalmente aos poucos investimentos no setor, falta de conhecimento dos Administradores públicos, concentração de decisões e falta de infraestrutura local e regional.

Desta forma conclui-se que precisamos evidenciar cada vez mais essa ferramenta maravilhosa que é a Cultura para que a mesma cumpra o seu papel de agente de desenvolvimento humano, social e econômico para poder modificar a nossa própria realidade local refletindo regionalmente e assim sucessivamente até alcançarmos a população de modo geral.

REFERÊNCIAS

BARROS, José Márcio et al . **Diversidade cultural:** da proteção à promoção. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

CAETANO, Gerardo. **Cultura, desenvolvimento e política**, Revista Observatório Itaú Cultural, São Paulo, n.02, p.39-49, 2007.

CULTURA em números: **anuário de estatísticas culturais 2009**. Brasília: Minc, 2009.

CUNHA, Maria Helena Melo da. **Gestão cultural:** profissão em formação. 1.ed. Belo Horizonte: Duo Editorial, 2007.

CUNHA, Regina. **7% PIB Mundial vem da Economia da Cultura**. Disponível em:<<http://cultmidia.blogspot.com/2010/10/7-pib-mundial-vem-da-economia-da.html>>. Acesso em: 01 nov. 2011.

DIVERSIDADE cultural: o debate internacional para a preservação. Belo Horizonte: Fumarc, 2006.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. 2.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HANSON, Dennis. **Gestão e Cultura**. Artigo ainda não publicado enviado a congresso. 2007

MOTTA, Paulo Roberto. **Transformação organizacional:** a teoria e a prática de inovar. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1998.

PAPA João Paulo II. Disponível em:<<http://rivalcir.com.br/frases/cultura.html>>. Acesso em: 13 ago. 2011.

REVISTA observatório Itaú cultural. São Paulo: Itaú Cultural. n.6, jul./set. 2008.

SENAC. [Curitiba]: SENAC, c2010. 1CDROM (73,1 mb).

TEIXEIRA, Coelho. **A cultura e seu contrário:** cultura, arte e política pós-2001. São Paulo: Iluminuras, 2008.

TOLILA, Paul. **Cultura e Economia:** problemas, hipóteses, pistas. São Paulo: Iluminuras, 2007.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura:** usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO

Este questionário refere-se ao Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Desenvolvimento Regional da UFPR, e tem como objetivo de desvelar o perfil dos gestores culturais e o importante papel da Cultural e da sua Diversidade no desenvolvimento regional atuando como agente de inclusão social e econômica do indivíduo nos 14 municípios pertencentes à Associação do Alto Irani Catarinense (AMAI).

1- Qual é a sua faixa etária?

- entre 20 e 30 anos
- entre 31 e 40 anos
- mais de 40 anos

2- Qual é seu grau de escolaridade?

- ensino médio
- superior incompleto
- superior completo
- especialista/mestre ou doutor

3- Há quanto tempo atua como gestor cultural em seu município?

- a menos de 2 anos
- entre 2 e 3 anos
- entre 3 e 4 anos
- mais de 4 anos

4- Caso haja mudança no cenário político de seu município existe a possibilidade de você continuar no cargo?

- sim
- talvez
- não

5- Seu município possui comunidades tradicionais, como quilombolas, indígenas, assentamentos agrários?

- sim
- não

6- Seu Município possui Biblioteca pública?

- sim, mas inadequada.
- sim adequada
- não possui

7- Possui museu?

- não
- sim

8- Seu município possui livreria?

- sim

não somente papelaria

9- Possui Teatro, cinema ou casa da cultura?

sim todos

somente teatro

somente cinema

somente casa da cultura

não possui nenhuma das opções

10- Em seu Município existe alguma lei de incentivo a cultura?

sim

está em elaboração

não possui

11- Como é planejado o gasto na área da cultura em seu município?

tenho autonomia de decisão.

tenho autonomia, mas consulto o prefeito.

tenho autonomia, mas consulto o prefeito e sociedade civil.

não tenho autonomia e os gastos são decididos somente pelo prefeito.

12- Qual é o orçamento disponível para a Cultura em seu município?

até R\$ 120.000,00 ano

entre R\$ 121.000,00 e R\$ 180.000,00 ano

entre R\$ 181.000,00 e R\$ 240.000,00 ano

a cima de R\$ 240.000,00 ano

13- As ações culturais do seu município incluem a geração de emprego e renda?

sim

não

14- Você acredita que a Cultura possa ser um agente de desenvolvimento, inclusão social e econômica?

sim e já desenvolvemos ações nesta área

sim, mas não desenvolvemos ações nesta área.

não faltam estudos que comprovem

15- Você acredita que o vale cultura irá melhorar o acesso a cultura e dessa forma movimentará a economia?

sim de forma significativa

sim, porém não de forma significativa.

não

não conheço o vale cultura

16- Em sua opinião quais seriam os grandes desafios para um gestor cultural desenvolver a cultura como fator de inclusão social, econômica e de desenvolvimento regional?